



Índice

Nota Prévia.....	9
I — Branqueamento de Capitais: Aspectos Gerais.....	13
1. Apresentação	13
2. O pacote legislativo de 2017.....	18
3. Âmbito Subjetivo.....	21
4. Risco (Capítulo II).....	25
5. Deveres Gerais (Capítulo IV).....	27
6. Deveres Específicos das Entidades Financeiras (Capítulo V) ..	37
7. Deveres Específicos das Entidades não Financeiras (Capítulo VI); o art. 79. ^º e o dever de segredo das Profissões Jurídicas em especial	38
8. Capítulo VII (Autoridades Competentes)	43
9. Entidades equiparadas a entidades obrigadas (Capítulo X)....	45
10. Um caso prático, à guisa de revisão.....	45
II — Beneficiário Efetivo	49
1. Iniciação	49
2. Proteção da confiança	53



3. Mais transparência: dos anos 80 à crise de 2007	56
4. BEF e Know Your Customer (KYC)	62
5. Instrumentos jurídicos contra a opacidade	63
6. A definição de BEF na Lei n.º 83/2017	67
7. Entidades sujeitas à determinação do BEF.....	73
8. Atuação por conta	77
9. Ductilidade.....	78
10. Onde situar o conceito de BEF?.....	79

Fontes Normativas

Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto	85
Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto	307
Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro.....	351
Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal de 25 de junho.....	355
Aviso n.º 7/2009 do Banco de Portugal de 1 de setembro	397

Referências normativas para a matéria em análise.....	399
---	-----